

Hannah Arendt e a recusa da violência revolucionária

MARIA RIBEIRO DO VALLE**

Os anos 60: imperialismo e revolução

Durante a Guerra Fria, o capital internacional passa a combater, em várias frentes, para impedir o avanço do comunismo. O exemplo emblemático deste período é a intervenção dos EUA na guerra do Vietnã (1961-1975) para a garantia de seus objetivos militares, econômicos e ideológicos, dentre os quais se destacam o de cercar a China comunista, o maior obstáculo ao expansionismo norte-americano, e o de mostrar às demais nações do terceiro mundo que a “guerra de guerrilhas” não compensa e será combatida a qualquer custo. O Vietnã serve como campo de provas para novas armas e táticas antiguerrilha, que permitem a continuidade das práticas neocolonialistas norte-americanas incidentes sobre os povos da Ásia, África e América Latina, sob a forma de conspirações agressivas contra Cuba, do apoio a Israel contra os países árabes, da participação efetiva nos golpes militares da América Latina, do controle sobre a Coreia do Sul, Formosa e Filipinas, das ameaças contra o Camboja, da clandestina penetração na Índia e na Indonésia e da ocupação militar da República Dominicana¹.

A crescente militarização dos Estados Unidos nos anos 60 incide diretamente nas nações “subdesenvolvidas”, sendo que em 1968 as “missões militares” tornam-se

* O presente artigo recupera parte das argumentações desenvolvidas no livro da autora, *A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

** Professora do Departamento de Sociologia, UNESP, Araraquara, São Paulo.

¹ Ver “Documentário: O neocolonialismo dos Estados Unidos no Vietnã”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n° 18, 1968, pp. 233-241.

efetivas em mais de 50 países². A correlação entre a vitória do socialismo em Cuba e o aumento da “colaboração” militar oferecida pelos norte-americanos, destinada à “contra-insurreição”, torna-se exemplar com a ocupação da República Dominicana em 1965 por sua artilharia e por suas unidades móveis, incluindo forças aéreas e terrestres, que sustentam a “ditadura legal” de Balaguer contra o poder popular armado³. Frente à ameaça do alastramento da guerrilha na América Latina, os Estados Unidos orientam os golpes militares, como no caso do Brasil, da Argentina, da Bolívia e da Guatemala⁴. Neste mesmo ano, os Estados Unidos chegam ao contingente máximo de 500 mil homens em operações no Vietnã. No México, a “fúria” das forças armadas desencadeia uma rara “carnificina”, quando mais de trezentas pessoas são mortas durante uma manifestação estudantil na Praça das Três Culturas em 2 de outubro de 1968, e várias outras são vítimas do “terror” que se instala através de prisões e torturas⁵. A ofensiva política, ideológica, econômica e militar americana, durante os anos 60, ocorre também em uma vasta área da Ásia e da África: no levante de Ghana, no qual o governo de N’Krumah é deposto; no crescimento das forças da reação em vários dos países que estão em luta contra o neocolonialismo; no triunfo “sangrento” do anticomunismo da Indonésia em 1965, quando cerca de 500 mil pessoas são massacradas depois que Suharto chega ao poder, significando uma grande vitória para a contra-revolução na Ásia; no golpe militar direitista na Grécia; no conflito judeu-árabe, onde há o alinhamento da política de Israel – que tem sua economia dependente das “doações” americanas durante a Guerra Fria – à “orientação” norte-americana contra a luta pela emancipação dos povos árabes⁶.

Por outro lado, um caminho de libertação mundial começa a ser trilhado através das lutas dos povos colonizados pela independência, e, simultaneamente, nos EUA, o “poder negro” se rebela contra o preconceito racial e o movimento estudantil, lado a lado com os professores e integrantes da Nova Esquerda⁷, ocupa

² Ver Eugene J. McCarthy, “A militarização da América”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 21 e 22, 1968, pp. 41-43.

³ Sobre a intervenção dos Estados Unidos na República Dominicana, ver James Petras, “República Dominicana: revolução e restauração”. In: *Teoria e Prática*. São Paulo: Pioneira, nº 1, 1967, pp. 16-31.

⁴ Ver “Os exércitos estão reunidos – combate ao inimigo interno, nova tática para as forças americanas”. In: *Vêja*. São Paulo: Abril Cultural, 25/09/68.

⁵ Ver Daniel Aarão Reis Filho e Pedro Moraes. 1968, *a paixão de uma utopia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 40.

⁶ Ver “Sobre o conflito judeu-árabe” – entrevista de Isaac Deutscher à *New Left Review*. In: *Teoria e prática*. São Paulo: Pioneira, nº 3, 1968, pp. 5-24.

⁷ A Nova Esquerda dos EUA nos anos 60 é composta fundamentalmente por estudantes universitários, professores, ativistas negros e feministas e, assim como a Nova Esquerda europeia, não é nada entusiasta do socialismo soviético, contrariamente à Velha Esquerda

as universidades e toma as ruas em manifestações que repudiam a intervenção americana no Vietnã. A guerra do Vietnã inspira a possibilidade da alteração da correlação de forças a partir da união e participação do povo no enfrentamento contra a maior potência mundial, numa “guerra justa” contra o imperialismo norte-americano – cuja intervenção, no sudeste asiático, atinge seu ponto máximo em 68.

A morte de Che Guevara em 67, apesar dos “reveses” da guerrilha latino-americana, faz ressurgir, com intensidade, o interesse por suas análises sobre as estratégias da revolução na América Latina⁸. O “foco guerrilheiro” – a “luta armada” –, diante da ascensão da ditadura, irrompe como alternativa à “via pacífica” e à legalidade constitucional propagadas pelos partidos comunistas.

A “revolução cultural”⁹, iniciada na segunda metade da década de 60, é acalentada pelos estudantes na China. As propostas de Mao, que parecem resgatar as teses marxistas originais, são consideradas seu “motor”. Em um contexto de lutas antiimperialistas e populares, bem como de crise dos partidos políticos ocidentais, a “linha de massas” defendida por Mao fará parte dos debates e ações da esquerda estudantil, favorável à revolução centrada na integração da luta militar com a ampla participação das “massas”¹⁰.

Sob a égide da utopia revolucionária, o movimento estudantil eclode, assim, em vários países¹¹. Encontramos algumas bandeiras comuns, mas, em cada país, não podem ser desconsideradas as questões políticas locais. Nos EUA, os estudantes revoltam-se diante da possibilidade de combater no Vietnã. Com a morte de Martin Luther King, em abril de 68, os protestos do movimento negro atingem imensa proporção. Os estudantes e os negros – que na guerra representam o maior número de mortos – unem-se nas manifestações de rua. Na Alemanha e na França, os estudantes também se rebelam contra a política norte-americana de guerra no sudeste asiático. Berlim Ocidental, capitalista, embora localizada na Europa do “comunismo”, assistirá à recusa estudantil, quer do *american way of life*, quer do stalinismo autoritário. O “Maio Francês” se destacará pela repulsa ao “autoritarismo” em todas as esferas sociais, particularmente nas estruturas das universidades. As

intelectual dos anos 30, que nutria uma admiração pela União Soviética e se vinculava ao movimento operário industrial organizado. Sobre a Nova Esquerda e a Velha Esquerda, ver Todd Gitlin, *The Sixties – Years of Hope, Days of Rage*. Nova York, Bantam Books, 1993, p. 2, e Amando de Miguel, *El Poder de la Palabra, Lectura Sociológica de los intelectuales em Estados Unidos*. Madrid: Editorial Tecnos, 1978, pp. 278-288.

⁸ Ver Aarão Reis Filho e Moraes, op. cit, pp. 33-4.

⁹ Idem, ibidem, pp. 43-4.

¹⁰ Ver João Roberto Martins Filho, *Movimento estudantil e a ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, Papirus, 1987, pp. 188-191.

¹¹ Ver Aarão Reis Filho e Moraes, op. cit, pp. 32-44.

“barricadas” são erguidas contra a ação policial e as autoridades. Nas rebeliões destes três países está fortemente presente a recusa ao colonialismo, através da defesa dos argelinos pelos estudantes em seu desejo de emancipação durante a Guerra da Argélia, e ao imperialismo norte-americano, principalmente no Vietnã.

Nos anos 60, o antiimperialismo é visto pelos estudantes não apenas como o rechaço do capitalismo colonialista, mas também do socialismo soviético. A seu ver movimentos do Terceiro Mundo¹² souberam “(...) demonstrar que, em graus e modalidades diferentes, também o imperialismo dos EUA, com a conivência do seu pretenso arquiinimigo, a União Soviética, era responsável pela condição de dependência, ditadura, pobreza, miséria ou guerra civil da sua nação”¹³. As lutas antiimperialistas são identificadas, então, como a luta dos povos do Terceiro Mundo por sua independência.

O mundo socialista não escapará, assim, às agitações estudantis de 68, que buscam o rompimento com a dominação burocrática. Na Tchecoslováquia, os conflitos merecerão destaque internacional. A URSS invade a cidade de Praga, em agosto de 68, como represália às críticas ao socialismo real e às propostas de ampliação da liberdade de organização partidária defendidas pelo governo Tcheco durante a “primavera de Praga”¹⁴.

Na América Latina, as lutas estudantis estão presentes na maioria dos países: Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Peru, Uruguai e México, onde o perigo do alastramento da guerrilha é combatido com golpes militares que recebem o apoio e a orientação dos Estados Unidos.

O movimento estudantil é uma contestação que busca rupturas, não deixando espaço para as negociações. Professores e filósofos participam do protesto e, ao mesmo tempo, buscam explicar o seu surgimento: suas reflexões, em um contexto explosivo, denotam as opções políticas de cada um. Se, por um lado, Guevara e Mao – ligados diretamente à “prática revolucionária” – encontram-se em evidência, os intelectuais, por sua vez, também buscam entender o “papel da violência na história”, em um contexto no qual sua emergência passa a ser central.

A importância da polêmica em torno da violência polariza também os intelectuais. A democracia socialista volta a ser tematizada por expoentes da intelectualidade como Jean Paul Sartre e Herbert Marcuse. As utopias anticapitalistas do século XIX – particularmente a marxista – são revisitadas, embora haja rejeição a qualquer “or-

¹² O Terceiro Mundo buscava uma identidade à parte da bipolarização da Guerra Fria, demonstrando consciência do fato de ser alvo da ambição destas superpotências. Ver L. A. Groppo, “Terceiro Mundo e movimentos estudantis dos anos 1960”. In: *Revista Educação e cidadania*. Campinas, v. 4, nº 2, 2005, pp. 69-86.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 84.

¹⁴ Ver Fernando Perrone. *68: Praga, São Paulo, Paris – Relato de guerras*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

todoxia” e forte descrença no “socialismo real”. Sartre e Marcuse estarão engajados em 68. Suas idéias ecoam no movimento estudantil em vários países. Em contrapartida, Hannah Arendt, a partir da análise das práticas do movimento estudantil nos EUA e dos movimentos de contestação política, critica tenazmente os intelectuais que defendem a utilização da violência como arma revolucionária.

Arendt: a recusa da interpretação engajada sobre a guerra do Vietnã e os movimentos de libertação colonial

H. Arendt, analisando as práticas guerrilheiras, as lutas pela descolonização e os protestos estudantis do final dos anos 60, refuta aqueles princípios ou práticas “revolucionários”, que, de seu ponto de vista, “glorificam a violência”. Em contraste com a retomada e a reelaboração, pela intelectualidade de esquerda, das teorias anti-capitalistas clássicas, revigora o mito da liberdade na América, desconsiderando não apenas a política imperialista e de extermínio fora das fronteiras nacionais, mas também a reinvenção das formas de segregação racial e social internas dos EUA.

As reflexões de Arendt em seu artigo “Da violência”, que tem como pano de fundo os acontecimentos dos anos 60, abordam o papel dos meios violentos de resistência, como a emblemática “guerra de guerrilhas” no processo de descolonização. Em seu argumento, a violência se transforma num instrumento “dúbio e incerto” nas relações internacionais, por ser a superioridade técnica das grandes potências muito mais “uma deficiência que um recurso”¹⁵ e por despertar o interesse dos grupos de oposição nos EUA pela condução revolucionária dos assuntos “domésticos”. A seu ver, a “(...) poderosa retórica marxista da Nova Esquerda coincide com o resolutivo crescimento da convicção proclamada por Mao-Tsé Tung, sem nada a ver com Marx, de que ‘o poder brota do cano de um fuzil’”¹⁶. Arendt está aqui condenando os teóricos da prática revolucionária, como Che Guevara e, particularmente, Mao, devido à sua influência nos movimentos de protesto dos EUA, bem como os intelectuais da Nova Esquerda¹⁷, que passam a vislumbrar a possibilidade de aliança com as forças revolucionárias do Terceiro Mundo¹⁸, num contexto no qual os ecos da Revolução Cubana são vinculados aos sucessos do Sudeste Asiático e à eclosão da Revolução Cultural Proletária.

¹⁵ Ver Hannah Arendt, “Da violência”. In: Hannah Arendt, *Crises da República*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1999, p. 99.

¹⁶ Arendt, op. cit., p. 100.

¹⁷ Não encontramos uma definição precisa de Nova Esquerda em Arendt, mas sim a tentativa de desqualificá-la ao afirmar que ela é composta tanto por gangsters, vadios desqualificados e, ao mesmo tempo, por intelectuais como Sartre e, indiretamente, Marcuse.

¹⁸ Maurice Isserman e Michael Kazin, *America Divided – The Civil War of the 1960s*. New York, Oxford, 2000, p. 177.

Arendt, com o intuito de desqualificar qualquer possibilidade de se conceber a conjuntura dos anos 60 como revolucionária, procura mostrar a inconsistência da retórica da Nova Esquerda¹⁹, não apenas pelo anacronismo dos conceitos e categorias do século XIX, que não serviriam mais para avaliar a realidade política atual, mas também por ter se afastado daqueles mesmos pressupostos marxistas, ao atribuir um papel central à utilização da violência. A reflexão de Sartre seria exemplar, para ela, desta apropriação “incorreta” das categorias já “superadas” do marxismo, feita pelo movimento estudantil e pelos intelectuais que defendem a violência revolucionária nos anos 60.

Sartre, considerado por muitos o símbolo do intelectual engajado nos anos 60, tanto por sua oposição à Guerra do Vietnã quanto pela defesa do Movimento Estudantil, em 1950 posiciona-se publicamente em defesa da libertação da Argélia do colonialismo francês. Ao buscar entender o “papel da violência na história” no prefácio de *Os condenados da terra*, de Fanon, escreve sobre a “revolução colonial” na Argélia (1954-1961), reconstruindo os momentos percorridos pela violência, desde a colonização. Esses momentos são interpretados como uma ascensão dialética rumo à ruptura transformadora, e a “ira” que percorre o movimento de libertação é vista como imanente ao processo rumo à “fraternidade socialista” e como necessária para destruir as marcas da opressão do colonizador, que, dialeticamente, engendra aquela que a exterminará²⁰.

Sartre mostra que, inicialmente, a revolta aparece sob a forma de resistência desorganizada, pois, estando os colonizados “desarmados contra os fuzis”, não podem “atacar de frente o verdadeiro inimigo”. Sua “fúria contida” acaba por destruir os próprios oprimidos, que se matam entre si. Em seguida ocorre, no entanto, o efeito “bumerangue”: a violência volta-se contra o colono, desta vez, atingindo-o. Sartre insiste em deixar claro que, como antes, é a violência dos colonos que está em cena mais uma vez, pois “nenhuma suavidade apagará as marcas da violência; só a violência é que pode destruí-las”²¹. Garantindo ser a “humanidade” a arma do combatente, afirma que:

(...) no primeiro tempo da revolta, é preciso matar, abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, é suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido; restam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez, sente um solo nacional sob a planta dos pés²².

¹⁹ Ver Arendt, op. cit., p. 100.

²⁰ Ver Jean Paul Sartre, “Prefácio”. In: Franz Fanon, *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 9.

²¹ Ver idem, ibidem, p. 13.

²² Idem, ibidem, p. 14.

Com a reação do exército colonial, a opção dos colonizados será a de unir-se ou deixar-se massacrar. Nesse momento, as discórdias internas tendem a desaparecer, pois põem em perigo a revolução e desviam a violência para falsos inimigos. Assim, a consciência revolucionária se aprofunda rumo à construção da “fraternidade socialista”. O “homem novo”, filho da violência, “extraí dela, a cada instante, a sua humanidade”²³. Há, então, um novo momento da violência, pois começa a “involução”: o colonizado se recompõe e os colonos se decompõem. Para Sartre este é o momento final da dialética: a construção da história do “homem novo”, a da sua liberdade. Estas palavras de Sartre, que atribuem um papel privilegiado à violência no processo revolucionário, remetem às análises marxistas. Arendt, contudo, ao comentar este prefácio de Sartre, condena-o tanto por retomar os ensinamentos de Marx, quanto por fazê-lo, a seu ver, de forma equivocada, pois, ao “glorificar a violência” distancia-se sobremaneira dos ensinamentos “humanistas” de Marx, pois:

Sartre ignora seu desacordo básico com Marx na questão da violência, especialmente quando afirma que “violência irreprimível... é o homem recriando a si mesmo”, que é através de “fúria demente” que os “condenados da Terra” podem “tornar-se homens”. Estas idéias todas são muito singulares, pois a idéia do homem criando-se a si mesmo está rigorosamente na tradição do pensamento de Hegel e Marx; é a própria base de todo humanismo esquerdista. Mas, segundo Hegel, o homem “produz” a si mesmo através do pensamento, enquanto que para Marx, que virou o “idealismo” de Hegel de cabeça para baixo, é o trabalho, a forma humana de metabolismo com a natureza, que cumpre esta função. (...) não se pode negar que há um abismo separando as atividades essencialmente pacíficas de trabalhar e pensar de toda e qualquer ação violenta.²⁴

Arendt argumenta aqui que Sartre está se afastando de suas próprias fontes teóricas, uma vez que, do ponto de vista arendtiano, é o trabalho que merece destaque nas teses revolucionárias de Marx. Contudo, Sartre, contrariamente à Arendt, não apenas apresenta uma leitura que revigora a centralidade da violência revolucionária nas “raízes” teóricas marxistas, como também afirma que é chegada a hora de os intelectuais europeus tomarem o partido dos colonizados para que juntos possam construir a história do homem, a da sua liberdade²⁵:

(...) se a violência tivesse começado esta noite, se nunca a exploração nem a opressão tivessem existido na face da Terra, talvez a não-violência alardeada pudesse apaziguar a contenda. Mas se o próprio regime e até os vossos não-violentos pensa-

²³ Ver idem, *ibidem*, p. 16.

²⁴ Arendt, *op. cit.*, pp. 101-2.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 13.

mentos estão condicionados por uma opressão milenar, vossa passividade só serve para vos colocar ao lado dos opressores²⁶.

Fanon, por sua vez, se envolve como médico psiquiatra e militante político na luta pela independência do norte da África, trabalhando na imprensa da Frente de Libertação Nacional (FNL) sem poupar críticas ao que ele chamou de “genocídio” de um milhão de argelinos, causando um grande desconforto nos intelectuais da esquerda francesa por denunciá-los como cúmplices. Arendt, condenando totalmente a incitação à violência desses autores, rechaça os movimentos de libertação colonial por colocarem em risco até mesmo o governo constitucional da França, tendo este “boas razões” para a repressão que promoveu na Argélia²⁷. Ela justifica, assim, a violência da ordem instituída e condena os movimentos que estão sendo identificados por Sartre e Fanon com as “raras” rebeliões de escravos, de desertados e de oprimidos que eclodem pela sua “fúria demente”, tendo como único resultado a destruição e o massacre:

Identificar o movimento de libertação nacional com tais erupções é predizer a destruição deles – sem considerar que a provável vitória não resultaria em mudança do mundo (ou do sistema) mas somente de pessoas²⁸.

Para Arendt, estas erupções, por estarem ocorrendo em “áreas atrasadas”, levam a enormes vácuos de poder, bastante suscetíveis de serem ocupados por governos despóticos²⁹. Neste sentido, a fé na rebelião, ancorada em “vadios desclassificados”, no “lumpemproletariado” e em “*gangsters*” que atuam como vanguarda “iluminando a massa”, apesar de significar uma “vasta coragem” demonstrada pela Nova Esquerda ao declarar guerra em nome de uma comunidade – que de forma alguma a apóia –, convive com uma curiosa “timidez teórica”, permanecendo no “(...) estágio declamatório para ser invocado inarticuladamente contra a democracia representativa Ocidental (...) e contra as burocracias unipartidárias do Leste, que excluem [a] participação por princípio”³⁰. Estas constatações vêm, no olhar de Arendt, corroborar os seus questionamentos a respeito das “incongruências” que marcam a profunda lealdade dos novos militantes a uma doutrina do século XIX, pelo fato de seus argumentos serem inconsistentes com a tradição que pretendem retomar.

²⁶ Sartre, op. cit., p. 17.

²⁷ Ver Arendt, op. cit., p. 130.

²⁸ Idem, ibidem, p. 108.

²⁹ Ver Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*.

³⁰ 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 148.

³⁰ Ver Arendt, “Da violência”, op. cit., p. 109.

Enquanto Sartre e Fanon posicionam-se favoravelmente à independência argelina, através do apoio à radicalização do movimento terceiro-mundista, defendendo o uso da violência, Herbert Marcuse também rechaça o “neocolonialismo”, considerado por ele como “um dos maiores crimes do Primeiro Mundo”³¹. Apon-ta, assim, para uma conexão causal entre a estabilidade dos países capitalistas desenvolvidos e a “situação catastrófica” do Terceiro Mundo.

Arendt, por sua vez, posiciona-se contrariamente à ala esquerda dentre os críticos da guerra do Vietnã, fazendo alusão direta a Sartre, que a concebe como “fascista” ou “nazista” e iguala os massacres e os crimes de guerra ao “genocídio”. Ela afirma que o objetivo dos Estados Unidos durante a guerra do Vietnã “nunca” foi o da destruição do inimigo, mas apenas “dobrar sua vontade” através da “premissa psicológica da manipulabilidade humana”, pois “(...) nunca existiu em nenhum nível do governo [o] desejo de destruição em larga escala, a despeito do atemorizante número de crimes de guerra cometidos durante a guerra do Vietnã”³². Com esta justificativa, ela visa diferenciar a política de guerra dos Estados Unidos dos “totalitarismos de Stálin e Hitler”, que utilizam o medo, isto é, o terror, como “princípio de ação”, como um “cinturão de ferro”, que destroem a pluralidade pautados por “uma promessa na mão e um chicote às costas”³³. Para a filósofa alemã, a “teoria domínio”³⁴, segundo a qual todo o sudeste asiático sucumbiria ao comunismo caso o Laos e o Vietnã do Sul ficassem sob o controle do Vietnã do Norte, é posta em xeque devido ao caráter fragmentário do bloco soviético no final da Segunda Guerra Mundial. Acredita também haver provas de que os insurretos sul-vietnamitas não são dirigidos e sustentados do exterior por uma “conspiração comunista”, fato que coloca em questão a veracidade de uma política anti-subversão norte-americana, pois o que existe é uma guerra civil no Vietnã do Sul. E, finalmente, contesta a existência de um bloco sino-soviético, base para a hipótese do expansionismo chinês, uma vez que tal constatação desconsidera a oposição de Stálin à “revolução chinesa”.

Arendt não apenas recusa a existência do imperialismo americano, mas rechaça, do ponto de vista de suas pretensas “vítimas”, a existência da organização e da solidariedade da luta contra o colonialismo dos países terceiro-mundistas:

Sou exatamente da opinião de que o terceiro mundo é exatamente o que eu disse, uma ideologia ou uma ilusão.

³¹ Herbert Marcuse, “Entrevista – Pela frente única das esquerdas”. In: Isabel Loureiro. *Herbert Marcuse – A Grande Recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 116.

³² Idem, *ibidem*, pp. 21-2.

³³ Idem, *ibidem*, p. 18.

³⁴ Arendt aprofunda sobre a “teoria domínio” em seu livro *Origens do totalitarismo*, op. cit., pp. 148-9.

A África, Ásia, América do Sul são realidades. Se você comparar estas regiões com a Europa e os Estados Unidos, poderá dizer — mas somente desta perspectiva — que elas são subdesenvolvidas, afirmando com isso que este é o crucial denominador comum entre estes países. Contudo, você menosprezaria inúmeras coisas que eles não têm em comum, e o fato de que o que eles têm em comum é somente um contraste em relação a um outro mundo; o que quer dizer que a idéia de desenvolvimento como fator importante é um preconceito norte-americano-europeu. (...) Os únicos que têm um interesse obviamente político em dizer que existe um terceiro mundo são, é claro, os que estão nos níveis mais baixos — isto é, os negros da África³⁵.

A seleção dos fatos históricos feita por Arendt, desconsiderando totalmente a existência “real” do Terceiro Mundo e a intervenção política americana em seu “destino”, está estreitamente ligada à sua recusa em admitir quaisquer traços de imperialismo nos EUA, contrariamente à análise da conjuntura dos anos 60 elaborada por Sartre, Fanon e Marcuse. Em seu texto “Da violência”, Arendt elege Sartre como um dos seus principais interlocutores, enquanto Marcuse aparece como seu opositor oculto, uma vez que as críticas que ela faz a Sartre, a nosso ver, são extensivas ao frankfurtiano. Ao contrário da interpretação arendtiana, notamos que Fanon, Sartre e Marcuse estão em continuidade com os pressupostos marxistas e com a sua atualização à luz das peculiaridades da conjuntura do final dos anos 60, considerando a entrada em cena dos novos atores que parecem abrir espaço para a transformação revolucionária da sociedade. Arendt, inversamente, reserva o exercício da política àqueles que estão fora do reino da necessidade e também da produção científica do conhecimento. Nem os intelectuais nem os deserdados podem exercer um papel ativo na transformação social.

Arendt: a criminalização dos “revolucionários”

Nos EUA, na segunda metade dos anos 60, o repúdio do imperialismo americano é levado às ruas pelo movimento estudantil, pelo movimento da juventude negra e por integrantes da Nova Esquerda, que, apesar de apresentarem divergências cruciais quanto às formas de lutas políticas e ideológicas, têm como inimigo comum a política de extermínio fora das fronteiras nacionais e a reinvenção da segregação racial e social no interior de seu país e, por isso mesmo, serão alvos de críticas contundentes por Arendt.

A partir de 1964, o movimento da juventude negra nos EUA se torna mais extenso, violento e radical, sob a influência da militância de Malcolm X, líder negro e

³⁵ Hannah Arendt, “Reflexões sobre política e revolução”. In: Hannah Arendt, *Crises da República*, op. cit., pp. 180-1.

revolucionário nacionalista, que prega a luta armada em legítima defesa e o pan-africanismo. O slogan *Black Power*, que passa a ser utilizado pelo SNCC (*Student Nonviolent Coordination Committee*), ecoa em motins como o de 1965 em Watts e aqueles que marcam os verões “sangrentos” de 1966 e de 1967. Estes levantes são divulgados como um passo significativo na escalada da “guerra racial”, levando muitos americanos a acreditar na existência da “guerrilha urbana”. Uma das justificativas para a utilização da violência decorre da própria insuficiência das leis dos direitos civis de 1964 e do direito de voto de 1965. Do ponto de vista estratégico, contudo, não há unanimidade entre os grupos de esquerda, que permanecem internamente divididos entre a luta parlamentar e o confronto. O papel da violência na história passa a ocupar o centro do debate, atuando como um divisor de águas frente à defesa da revolução.

Os ativistas do SNCC, do SDS (*Students for a Democracy Society*) e parte dos intelectuais militantes da Nova Esquerda passam a vislumbrar a possibilidade de aliança com as forças revolucionárias do Terceiro Mundo. A influência da luta armada maoísta torna-se bastante presente nos movimentos de contestação norte-americanos. Para a maioria da esquerda – e não apenas para os discípulos de Mao –, luta contra a guerra e o movimento negro estão efetivamente ligadas, contribuindo para o aumento da adesão à política do confronto, que, apesar de ser rechaçada por alguns líderes veteranos da Nova Esquerda, começa a ocupar o espaço anteriormente destinado à estratégia pregada pelas organizações dos direitos civis. A argumentação contrária à violência revolucionária não encontra respaldo nos campi universitários, principalmente em 1968, o “ano da barricada”, quando as manifestações incorporam formas de desobediência civil como, por exemplo, a queima das convocações para a guerra do Vietnã, que, neste ano, é palco da maior ofensiva dos EUA – o Tet. As investidas policiais atingem várias pessoas, matando três delas, durante os motins de fevereiro, desencadeando uma reação ainda mais violenta, quando os ativistas negros passam a atirar em locais públicos³⁶. Cresce o medo de estarem sendo vigiados pelo FBI. Os estudantes brancos e parte significativa da Nova Esquerda se unem aos “Panteras Negras”, que surgem com o apoio da SNCC e cujo líder, Stokley Carmichael, prega a luta armada e o boicote às eleições presidenciais, recusando as formas de resistência passiva. Os conflitos armados entre a polícia e os negros “radicais” tomam as ruas. A “guerra civil” parece ameaçar a “paz” norte-americana.

Marcuse, líder destacado de um grupo de imigrantes radicais no interior da Nova Esquerda, denominado SANE (*The National Committee for a Sane Nuclear Policy*), mostra que, apesar de toda a concentração de poder do sistema vigente, estão vindo à tona diferentes formas de contestação. A nova oposição, a seu ver, é marcada por características bastante peculiares, pois não é

³⁶ Ver Gitlin. *The Sixties.*, op. cit., pp. 313-4.

(...) com exceção de alguns pequenos grupos, ortodoxamente marxista ou socialista. Caracteriza-se por uma profunda desconfiança contra todas as ideologias, contra, também, a ideologia socialista, pela qual muitos acreditam, de certo modo, ter sido traídos e da qual estão desiludidos. A nova esquerda – ainda com exceção de pequenos grupos – ademais, não está fixada de modo algum na classe operária como classe revolucionária. Além disso, não pode, de modo geral, ser definida em termos de classe. É composta de intelectuais, de grupos do movimento pelos direitos civis e da juventude, principalmente de elementos radicais da juventude³⁷.

Apesar da diversidade das reivindicações do movimento estudantil em cada país, para Marcuse, ele tem como objetivo comum o protesto contra o capitalismo e seus cúmplices no Terceiro Mundo. Compreende-se, então, a importância atribuída por Marcuse ao ME³⁸, concebendo-o “(...) enquanto classe intelectual, destinada a fornecer os quadros dirigentes da sociedade atual”³⁹. Ou seja, devido à sua posição privilegiada, as organizações estudantis podem contribuir para o desenvolvimento de uma “consciência radical” como a base de partida para uma luta mais ampla⁴⁰. Ao posicionar-se favoravelmente aos protestos que eclodem no final dos anos 60, Marcuse integra-se ativamente na militância política que ele mesmo está propondo a todos os intelectuais empenhados em buscar a ruptura deste sistema, através da união da “teoria e prática”, principalmente diante da integração da classe trabalhadora ao capitalismo monopolista⁴¹.

Marcuse enfatiza o importante papel do movimento estudantil e dos intelectuais como uma força potencialmente revolucionária, desde que em contato com aquelas “(...) bem mais fortemente ligadas à realidade objetiva”⁴². A oposição, que tem como meta “o desenvolvimento histórico da liberdade”, desde o seu surgimento, está no terreno da violência, pois “(...) a pregação do princípio da não-violência não faz mais do que reproduzir a violência institucionalizada da ordem

³⁷ Herbert Marcuse, “Finalidades, Formas e Perspectivas da Oposição Estudantil nos Estados Unidos”, *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, nº 21 e 22, 1968, pp. 80-1.

³⁸ Marcuse, também em suas correspondências com Adorno em 1969, defende a importância do movimento estudantil naquela conjuntura específica, contrapondo-se ao posicionamento político inclusive de colegas seus frankfurtianos, particularmente o de Adorno, frente aos protestos estudantis. Ver Theodor Adorno e Herbert Marcuse, “As Últimas Cartas”. *Revista Praga – estudos marxistas*, 3. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 14-5.

³⁹ Herbert Marcuse, *O fim da utopia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 25.

⁴⁰ Ver idem, *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969, p. 59.

⁴¹ Idem, “Prefácio Político de 1966”. In: Herbert Marcuse. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Guanabara, Koogan, s.d., p. 23.

⁴² Idem, *O fim da utopia*, op. cit., pp. 24-51.

existente”⁴³. Estas reflexões ocorrem no calor da hora, quando suas opções teóricas e sua militância política vêm à tona na tentativa de explicar a emergência dos choques estudantis em 67. Marcuse aponta para a emergência dos “novos sujeitos da transformação” nos anos 60 – marcados pela Revolução Cubana, Revolução da Argélia, Guerra do Vietnã e Revolução Cultural Chinesa –, salientando que:

As contradições clássicas do capitalismo, particularmente a contradição geral entre o inaudito desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza social, por um lado, e sua utilização destrutiva e repressiva, pelo outro, são hoje mais fortes do que em qualquer época do passado. Em segundo lugar, o capitalismo se encontra agora em face da necessidade de enfrentar um ataque global de forças anticapitalistas, que já hoje entraram em luta aberta com ele em várias zonas do mundo. Em terceiro lugar, na própria sociedade tardo-capitalista dos Estados Unidos, mas também da Europa, existem forças que o negam, e, a esse respeito, não hesito de modo algum em citar novamente a oposição dos intelectuais, particularmente dos estudantes⁴⁴.

Em seguida, ao analisar o potencial revolucionário desta “nova oposição”, atrela-a ao “terreno da violência”, ao da “resistência”:

(...) o choque com a violência, com a violência institucionalizada, parece ser inevitável, a não ser que a oposição se transforme num inócuo ritual destinado tão somente a pacificar as consciências, a comprovar a sobrevivência dos direitos e das liberdades no quadro da ordem constituída⁴⁵.

Arendt, ao analisar estes movimentos contestatórios, acaba por criminalizá-los quando fazem a opção pela violência. É exemplar a crítica contundente feita por ela às organizações negras, responsabilizando-as tanto por sua resistência à “integração” quanto pelo fato de estarem fazendo a apologia da violência:

(...) as tentativas de integração quase sempre encontram resistência por parte das organizações negras, muitos líderes das quais pouco se incomodam com as regras de não-violência da desobediência civil, e muitas vezes também não se incomodam com problemas gerais – guerra do Vietnã, defeitos específicos nas nossas instituições –, pois estão em franca rebelião contra todos eles⁴⁶.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 60.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 59.

⁴⁶ Hannah Arendt. “Desobediência civil”. In: *Crises da República*, 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 82.

Arendt quer salientar que, embora as práticas discriminatórias raciais ainda estejam fortemente calcadas na resolução *Dred Scott* de 1857, na qual os “negros não são e não podem ser cidadãos no sentido da constituição federal”⁴⁷, o movimento negro também acaba reforçando a segregação social. A sua crítica ao “racismo negro” é tão contumaz que ela chega a afirmar que ele é “(...) provavelmente antes uma reação à agitação caótica dos últimos anos do que a sua causa”⁴⁸, pois, uma vez que “(...) a violência sempre precisa ser justificada, uma escalada da violência nas ruas pode gerar uma ideologia verdadeiramente racista para justificá-la”⁴⁹.

A adesão ao confronto pela Nova Esquerda e pelo movimento estudantil toma o lugar do longo período da estratégia e compromissos pregados pelas organizações dos direitos civis⁵⁰. Esta inversão é condenada por Arendt e aqueles que defendem a violência revolucionária são por ela catalogados como “extremistas radicais”, como “criminosos”, ao fortalecerem a defesa da luta armada existente no movimento negro, atrelando a opção pelo confronto apenas à sua influência:

A violência séria só entrou em cena com o aparecimento do movimento Poder Negro nos recintos universitários. Estudantes negros, a maioria dos quais admitidos sem qualificação acadêmica, se consideravam e se organizavam como um grupo de interesses – os representantes da comunidade negra. Seu interesse era abaixar os padrões acadêmicos. Eram mais cautelosos que os rebeldes brancos, mas ficou claro desde o início (...) que a violência não era para eles uma questão de retórica e de teoria⁵¹.

Dessa forma, a leitura de Arendt, ao desqualificar tanto os movimentos negros, quanto o terceiro-mundista, contrapõe-se à análise da esquerda, que os identifica por sua condição de “colonizados” e vislumbra, a partir de sua união, a possibilidade de libertação mundial pela via revolucionária do socialismo. Arendt está reduzindo todos estes aspectos de contestação alternativa ao crime ou à ingenuidade, questionando o movimento estudantil do ponto de vista moral, criticando, ao mesmo tempo, o que ele tem de destrutivo – a saber, “as drogas”, “o ataque às universidades”, “a insanidade” – como também sua proposta, que, por estar vinculada à construção do socialismo, encontra-se no terreno da violência, sendo, portanto, incapaz de criar o novo.

Marcuse considera o movimento estudantil uma força revolucionária, enquanto Hannah Arendt rechaça o “espírito combativo” de 68. Ela analisa então os

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 81.

⁴⁸ Idem, “Da violência”, *op. cit.*, p. 148.

⁴⁹ Idem, “Da violência”, *op. cit.*, p. 148.

⁵⁰ Ver Isserman e Kazin, *America Divided*, *op. cit.*, pp. 165-186.

⁵¹ Hannah Arendt, “Da violência”, *op. cit.*, p. 106.

protestos estudantis de 68 nos EUA, condenando enfaticamente sua radicalização violenta, que, a seu ver, tem como único resultado destruir as universidades e contribuir para a criação de um mundo mais violento. A crítica de Arendt à “preensão revolucionária” do ME é particularmente significativa:

Os estudantes da esquerda não são justamente aquilo que eles mais queriam ser: revolucionários. Tampouco estão organizados como tal: eles não têm nem uma vaga idéia do que seja o poder, e se o poder estivesse caído na rua e eles soubessem que ele estava lá, seriam certamente os últimos a se abaixar para pegá-lo. É precisamente isto o que fazem os revolucionários. Revolucionários não fazem revoluções! Revolucionários são aqueles que sabem quando o poder está caído nas ruas e quando podem pegá-lo. O levante armado por si ainda não levou a nenhuma revolução⁵².

Se os estudantes destroem as universidades, não existirá mais nada parecido com isto; conseqüentemente tampouco haverá rebelião contra a sociedade. Em alguns países, em alguns momentos, eles estavam bem adiantados no ato de serrar o galho sobre o qual estavam sentados. Isto está relacionado com a radicalização violenta. Por este caminho, o movimento de protesto estudantil poderia não somente fracassar em conseguir o que exige, mas ser também destruído⁵³.

Arendt condena também, ao mesmo tempo, a retomada das teorias anticapitalistas do século XIX pelo movimento estudantil, divergindo radicalmente, mais uma vez, das análises feitas por Marcuse:

A esterilidade teórica e a negligência analítica deste movimento são tão deprimentes e assustadoras quanto é bem-vinda a sua alegria pela ação.(...) eles ficam perdendo tempo com conceitos e categorias do século dezenove, ou, conforme o caso, tentam impingilas a outros.(...) Nada disso tem qualquer relação com as condições de hoje. E nada disso tem qualquer coisa a ver com reflexão⁵⁴.

Assim como Marcuse, Sartre, num contexto de “práticas guerrilheiras” e de “lutas pela descolonização”, interpreta o movimento estudantil a partir da perspectiva revolucionária, em que a utilização da violência ocorre no sentido da construção da “liberdade”⁵⁵. Em contrapartida, Hannah Arendt insere a radicalização dos movimentos dos anos 60

⁵² Ver *idem*, *ibidem*, p. 177.

⁵³ *Idem*, *ibidem*, p. 180.

⁵⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 178.

⁵⁵ Ver Philippe Gavi, Jean-Paul Sartre e Pierre Victor. *On a rasion de se Revolter*. Paris, Gallimard, 1974.

no contexto do pós-guerra, pois as “crianças atiradoras de bombas” fazem parte de uma geração que, ao nascer à sombra da bomba atômica, não está de modo algum “segura de ter um futuro”⁵⁶. Assim sendo, acreditam que “tudo merece ser destruído”⁵⁷. Arendt, contrariamente a Sartre e Marcuse, analisa os protestos estudantis de 68 nos EUA condenando enfaticamente sua radicalização violenta, mostrando que, com isso, apenas conseguiriam destruir as universidades e contribuir para a criação de um mundo mais violento.

Arendt e a solução para a crise política dos anos 60

Se, para Arendt, a solução para os conflitos que emergem nos anos 60 não passa pelo socialismo, ela não deixa de apontar para a crise política atravessada pelos países capitalistas, particularmente pelos Estados Unidos, devido à progressiva erosão da autoridade governamental, que abre espaço para questionar a sua própria legitimidade através da “desobediência civil e criminoso” das leis⁵⁸. Neste sentido, torna-se exemplar, a seu ver, a inoperância do sistema judiciário norte-americano, que leva ao aumento da violência. Arendt defende, assim, a necessidade de seu fortalecimento para controlar os abusos do executivo e acabar com a “impunidade”, que, se por um lado leva as autoridades legais a recorrerem à força, por outro, permite também que o movimento estudantil, a seu ver, “o principal grupo de desobediência civil no momento”, cometa atos de vandalismo, e, portanto, de desobediência “criminoso”.

A solução apresentada por Arendt à crise constitucional e legal vivida pelo governo dos EUA no final dos anos 60 deve vir de uma retomada de sua própria tradição, qual seja, “o espírito da lei norte-americana”. Para tanto, recupera como emblemática a história da Décima Quarta Emenda, que tem por objetivo traduzir em termos constitucionais o resultado da Guerra Civil, pois, frente à recusa dos estados sulistas em acatar a igualdade racial, a Corte Suprema promove sua imposição legal. Segundo a interpretação arendtiana, a ação da corte deve ser entendida como uma conquista dos movimentos pelos direitos civis, que “(...) no que diz respeito às leis sulistas, eram nitidamente de desobediência civil”⁵⁹. Esta última deve ser entendida enquanto compatível com um determinado tipo de lei, ou seja, especificamente com o novo conceito de lei que surge com a Revolução Americana, pautado não em teorias, mas nas “extraordinárias” experiências dos primeiros colonos, caracterizadas também por um peculiar significado do consentimento, qual seja, o apoio ativo e a participação contínua nos assuntos de interesse público. Para Arendt, os Estados Unidos são a única república capaz de combater a desobedi-

⁵⁶ Hannah Arendt, “Da violência”, op. cit., p. 105.

⁵⁷ Ver idem, ibidem, p. 178.

⁵⁸ Ver idem, ibidem, p. 74.

⁵⁹ Ver Hannah Arendt, “Desobediência civil”. In: *Crises da República*, op. cit., p. 183.

ência civil em conformidade com as leis. Sendo assim, torna-se fundamental que se recupere este “nicho constitucional”, sem o qual há o risco freqüente de rebelião, devido ao fracasso das autoridades estabelecidas em manter as “condições originais”.

Afirmando que a América torna-se o símbolo de uma sociedade sem pobreza, muito antes da Idade Moderna, com seu desenvolvimento tecnológico único⁶⁰, justifica, assim, o mito da “inspiração divina” da Constituição americana de 1787. A sua interpretação da Revolução Americana visa à defesa da “adorável igualdade” do Novo Mundo, em contraposição às revoluções sociais européias⁶¹, que buscam associar o reino da liberdade à soberania popular, criando canais de decisão política voltados para realizar a vontade do povo, manifesta na revolta vinda da necessidade. Segundo Arendt, a necessidade não é criadora de novas instituições, estas sim fundamentais – como mostra a Revolução Americana –, pois a lei deve ter como fonte não o povo, mas a Constituição, algo objetivo, durável e que não pode ser mudado segundo os “ventos” da vontade popular.

Nota-se a desconsideração de Arendt pelos acontecimentos históricos, sendo que, se, por um lado, ela atribui à participação da massa na Revolução Francesa o terror político, por outro ela enaltece a Revolução Americana sem fazer alusão ao fato de que, nela também, os problemas sociais são resolvidos por meios institucionais repressivos, uma vez que, por exemplo, a Constituição proibia o Congresso de interferir no tráfico de escravos, atribuindo-lhe, no entanto, o poder de acabar com as rebeliões daqueles, devendo capturar os fugitivos e processá-los na corte federal⁶². No final dos anos 60 Arendt parece continuar fazendo “vistas grossas” à conjuntura histórica, em nome da excepcionalidade da democracia americana. Nega as pretensões imperialistas americanas em plena guerra do Vietnã.

Considerações finais

Arendt, buscando a retomada sem precedentes da excepcionalidade da Independência Americana, durante a crise política, econômica, social, racial vivida pelos EUA nos anos 60, o faz por diversos caminhos. Sempre mantendo o mesmo intuito: o de superestimar a imagem americana. Ela recusa a ameaça socialista devido ao caráter fragmentário do bloco soviético no pós-Segunda Guerra Mundial; a extensão comunista no Vietnã, dizendo que há apenas uma guerra civil no sul vietnamita e o expansionismo chinês devido à oposição de Stalin à “revolução

⁶⁰ Os grifos são nossos.

⁶¹ Ver Arendt, “Da violência”, op. cit., pp. 39-40.

⁶² Isaac Kramnick, “Apresentação”. In: Alexander Hamilton, John Jay e James Madison. *Os artigos federalistas – 1787-1788*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 25.

chinesa”. Ou seja, desconsidera cabalmente a capacidade e/ou os interesses políticos e econômicos do bloco soviético.

Sua análise enfatiza também a onipotência dos EUA ao refutar a existência do imperialismo americano, afirmando que os conflitos nos EUA não visavam a objetivos territoriais ou vantagens econômicas e “muito menos” à destruição do inimigo, mas apenas difundir a sua imagem como potência hegemônica global.

Há também o reforço da excepcionalidade dos EUA quando, numa conjuntura de formação e estruturação de um bloco terceiro-mundista, defende a sua inexistência. Tanto assim que Arendt condena também os movimentos de libertação colonial pelo fato de colocarem em risco os governos constitucionais da França e dos EUA. Posiciona-se também contrariamente ao apoio da Nova Esquerda a esses movimentos de libertação colonial pela possibilidade de libertação mundial pela via revolucionária do socialismo – herdeiros da Revolução Francesa – e às organizações negras. Diante desses agravantes, Arendt, com o intuito de retomar o “espírito das leis” norte-americanas, faz parte daqueles que “veneram” a Constituição como o pilar da mais remota e, ainda, “maior democracia política da terra”⁶³. A interpretação de uma afirmação do presidente Bill Clinton em 1997, feita por Daniel Lazare em seu artigo “America the Undemocratic”, expressa a natureza solipsista da política americana pelo fato de defender que “o que está errado com a América” pode ser consertado pelo “que há de certo na América”, ou seja, que todas as respostas estão ao seu alcance⁶⁴. Tal interpretação parece ser aplicável à defesa contundente, por parte de Arendt, acerca da necessidade de recuperar a “excepcionalidade” constitucional americana.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, arriscaria dizer que, na esteira de Arendt, parte dos cientistas políticos americanos conservadores, frente à possibilidade de abalo da hegemonia estadunidense, busca manter o seu poderio a “qualquer custo”. Justificam, assim, a “guerra contra os bárbaros estrangeiros ao Ocidente” através da revitalização da “excepcional” experiência histórica americana. Assim como a filósofa alemã, defendem não apenas a política de extermínio fora das fronteiras nacionais, mas também a reinvenção das formas de segregação racial e social internas aos EUA.

⁶³ Ver idem, *ibidem*, p. 3.

⁶⁴ Ver idem, *ibidem*, p. 4.

VALLE, Maria Ribeiro do. Hannah Arendt e a recusa da violência revolucionária. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.32-49.

RESUMO: O presente artigo tematiza a interpretação elaborada por Hannah Arendt da conjuntura vivida pelos Estados Unidos nos anos 60 pautada pela Guerra Fria e pelos movimentos de contestação política em contrapartida a argumentação teórica e ao posicionamento político da Nova Esquerda.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Nova Esquerda; EUA; anos 60.

Hannah Arendt and the refusal of revolutionary violence

ABSTRACT: This paper thematizes the interpretation elaborated by Hannah Arendt of the conjuncture lived by the United States in the sixties (marked by the Cold War and the movements of political contestation) related to the theoretical argument and political positioning of the New Left.

Keywords: Hannah Arendt; New Left; EUA; The sixties.